

Caminhos do ensino superior brasileiro: formação em ciclos em saúde.

CARDOSO. G. M. P.¹; LOPES, T. C.²; FERREIRA, M. E. R.³; VÉRAS, R. M.⁴; COELHO, M. T. Á. D.⁵.

¹Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil.

²Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, Bahia, Brasil.

³Mestranda em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, Bahia, Brasil.

⁴Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.

⁵Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil.

E-mails: gugampc@hotmail.com; thyana_cordeiro@hotmail.com; educacaofisica@gruponobre.net; renata.veras@ufba.br; thereza.ihac@gmail.com

COMO CITAR O ARTIGO:

CARDOSO. G. M. P.¹; LOPES, T. C.²; FERREIRA, M. E. R.³; VÉRAS, R. M.⁴; COELHO, M. T. Á. D. 5. **Caminhos do ensino superior brasileiro: formação em ciclos em saúde.** URL: www.italo.com.br/portal/cepep/revista_eletronica.html. São Paulo SP, v.8, n.1, p. 44-64, jan/2018.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo levantar algumas considerações acerca da formação em ciclo em saúde no sistema brasileiro de ensino superior e a sua contribuição para a mudança do perfil de formação dos egressos com um olhar mais ampliado sobre o conceito de saúde e centrado na tríade saúde-doença-cuidado. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório e descritivo. Apesar da dificuldade em alocar os componentes curriculares nos eixos culturais estruturantes do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (humanístico, artístico e científico), pelo fato do campo da saúde se apresentar como uma área interdisciplinar, ainda assim esse tipo de formação favorece o aumento da percepção dos alunos na complexidade do campo da saúde através da multiplicidade de saberes e práticas, tornando-os indivíduos mais conscientes e críticos em relação aos temas inerentes ao campo.

Palavras-chave: universidade; educação superior; formação; saúde.

ABSTRACT

This article aims to raise some considerations about the training in health cycle in the Brazilian system of higher education and its contribution to changing the profile of the graduates with a broader view on the concept of health and centered on health-disease-care triad. It is a bibliographical research, exploratory and descriptive. Despite the difficulty in allocating the curricular components in the structuring cultural axes of the Interdisciplinary Bachelor in Health (humanistic, artistic and scientific), due to the fact that the health field presents itself as a multidisciplinary area, nevertheless this type of training favors the perception of students in the complexity of the health field through the multiplicity of knowledge and practices, making them more aware and critical individuals in relation to the themes inherent to the field.

Keywords: university; college education; formation; health.

1 INTRODUÇÃO

No final do século XIX surgiram no Brasil as primeiras instituições científicas e culturais. Segundo pesquisas realizadas, as primeiras instituições criadas foram: o Colégio Médico da Bahia e a Escola Médica do Rio de Janeiro, em 1808, atualmente Faculdade de Medicina da Bahia e Faculdade de Medicina da UFRJ¹, respectivamente (TEIXEIRA, 2005; FÁVERO, 2006).

Segundo Orso (2007) e Coelho e Vasconcelos (2009), a criação das universidades brasileiras aconteceu de forma tardia se confrontada com outros países da América. Quando surgiu a primeira universidade brasileira já haviam mais de 100 destas instituições espalhadas por toda a América.

No campo da saúde, tem-se que as universidades e instituições de ensino de forma geral contribuem para o enfrentamento do desafio da renovação do campo da saúde, com o aprofundamento das questões relacionadas à nova saúde pública brasileira, sobretudo quanto à promoção de mudanças no seu ensino e prática.

Considerando a ideia de transformação no panorama da educação superior brasileira, que se mostrava tecnicista, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) sugeriu a criação de cursos interdisciplinares que abrangessem, de forma global, as grandes áreas do conhecimento e que trabalhassem com três eixos culturais estruturantes do saber: a Cultura Humanística, a Cultura Artística e a Cultura Científica (ALMEIDA FILHO, 2007). Sendo assim, o Bacharelado Interdisciplinar de Saúde (BI Saúde) da UFBA tornou-se campo de investigação nesta pesquisa.

O BI Saúde adota um conceito ampliado de saúde e promoção da saúde, favorecendo aos seus estudantes um entendimento mais

¹ Porém, alguns pesquisadores discordam deste momento histórico. Para Colossi, Consentino e Queiroz (2001), a primeira Universidade foi criada em terras brasileiras só no ano de 1909, que foi a Universidade de Manaus. Já para Mendonça (2000), a primeira universidade surge no Brasil apenas no ano de 1920: a Universidade do Rio de Janeiro.

complexo sobre as temáticas do campo da saúde, aliando saberes e práticas. Assim, este estudo se justifica pelo interesse na Instituição Universitária e a vontade de aprofundar o estudo sobre a temática do ensino superior e a formação dos profissionais em saúde, no contexto de uma formação mais globalizada.

2 METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa bibliográfica, com caráter exploratório e descritivo. A pesquisa é exploratória porque há pouco ou nenhum estudo anterior e porque tem como objetivo procurar padrões, ideias ou hipóteses. E a pesquisa é descritiva, na medida em que busca descrever o comportamento dos fenômenos e é usada para identificar e obter informações sobre as características de um determinado problema ou questão (COLLIS; HUSSEY, 2005).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Caminhos do Ensino Superior Brasileiro

Em sua gênese, na Antiguidade, o que se conhece hoje como universidade era apenas uma corporação, um local onde pessoas distintas se reuniam para falar sobre assuntos pertinentes à época. Quando estas discussões conflitavam com as autoridades, tanto civis, quanto eclesiais, as aulas eram suspensas e migrava-se para outro local (DURKHEIM *apud* DANTE, 2005).

Pode-se citar como exemplo destes locais a Biblioteca de Alexandria no século III a.C., que conservava em suas dependências o verdadeiro espírito universitário. Tais espaços tinham uma função muito maior do que apenas guardar livros reservados à leitura dos

frequentadore: eram locais destinados a expor e compartilhar ideias, mesmo não possuindo o título de Universidade (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012).

Porém, a origem da instituição universitária oficialmente, nos moldes da sua definição clássica europeia, só ocorreu no século XII, onde foram criadas instituições intituladas de Universidades que concebiam como principal objetivo criar, transmitir e disseminar a ciência. Estas novas instituições assumiram um papel de extrema importância na sociedade contemporânea, estratégico para o corpo social no aumento do capital cultural e, por conseguinte, aumentando o poder das nações (BERNHEIM; CHAUI, 2008).

O que se precisa chamar a atenção é que não se pode ignorar o fato de, apesar das universidades terem sua origem tardia, muito antes deste acontecimento instituições de conhecimento já haviam sido idealizadas na Europa Ocidental (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012).

Por volta de 1300 da era cristã, no Ocidente, surgiram as primeiras Universidades. Dados históricos afirmam que estas foram fundadas na Europa Medieval. As instituições precursoras do que se conhece hoje como ensino superior estariam sobre o poder das instituições religiosas e objetivavam realizar os papéis deste corpo social que as tinham originado; assim, eram explicitamente escolásticas² (ALMEIDA FILHO, 2003).

Na América Latina as primeiras instituições só emergiram no início do século XVI, quando foi trazido o sistema universitário espanhol devido à sua colonização, sendo criadas as universidades no México, Peru, Chile, Argentina, entre outras (BOHRER *et al.* 2008).

O modelo de universidade que se tem na atualidade só surgiu com o advento da Revolução Industrial, no final do século XIX, a

² Segundo Almeida Filho (2003, p. 2) a universidade escolástica “era geradora e guardiã da doxa, ou doutrina, aquela modalidade de conhecimento que se define pelo completo respeito às fontes sagradas da autoridade. Seu modelo acadêmico baseava-se na transmissão do saber [...] mediante relações diretas mestre-aprendiz.”

Universidade Científico-tecnológica³, originada na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, com o intuito de suprir as necessidades do sistema econômico dominante (ALMEIDA FILHO, 2003).

O que se pode perceber com a origem das Universidades é que, para analisar a criação das primeiras universidades no Brasil ou em qualquer outro país, não se pode separá-las da sociedade e das relações econômicas, sociais e políticas da época da sua criação. É necessário observá-las em uma realidade concreta, onde há ligação entre os fatos e os sujeitos desta construção, que modificam e transformam as suas relações com o ambiente através do processo de educação, estando este presente no ensino superior ou não. Neste sentido, a universidade é uma instituição social (CHAUÍ, 2001).

Para Bernheim e Chauí (2008, p. 18) “a relação interna ou expressiva entre a universidade e a sociedade (...) explica o fato de que a universidade pública sempre foi, desde o início, uma instituição social”.

Influenciada pela mudança da Corte Portuguesa para o Brasil (1808-1820), se originaram as primeiras Instituições de Ensino Superior (IES) na nação, durante o período colonial (MARTINS, 2002; DANTES, 2005). Mendonça (2000) relata que houve uma solicitação da burguesia da época ao príncipe regente para que fosse criada uma universidade literária em terras baianas, porém esta solicitação não foi atendida, preferindo criar o curso de Cirurgia, anatomia e obstetrícia, a pedido do Cirurgião-Mor do Reino.

Um marco histórico para o surgimento das universidades foi a criação do Ministério de Educação e Saúde no governo do Presidente Getúlio Vargas (1930-1945). Francisco Campos, então Ministro da Educação e Saúde, aprovou o Estatuto das Universidades Brasileiras, que vigorou até 1961, permitindo que estas instituições se tornassem oficialmente de ordem pública ou livre (ordem particular), onde as

³ “A versão original da universidade científico-tecnológica (denominada de *research university* pelos norte-americanos) baseava-se na produção volumosa de recursos humanos e de resultados de pesquisa que eram submetidos a sistemas extremamente competitivos de controle de qualidade. Este modelo de universidade trata o conhecimento científico como um subproduto do processo de produção da informação” (ALMEIDA FILHO, 2003, p. 2)

faculdades existentes poderiam ser agrupadas por uma reitoria, tendo, portanto, um vínculo administrativo (OLIVEN, 2002).

Com a criação das primeiras universidades, deu-se então uma corrida pela expansão do ensino superior no país, que pôs em debate a produção do conhecimento das Instituições de Ensino Superior (IES) e a qualidade destas instituições. Para Anísio Teixeira (2005), apenas com a criação da Universidade de Brasília, na década de 1960, surge uma universidade dentro de um modelo adequado, que se ergue no momento histórico em que se elaboravam as Leis de Diretrizes e Bases (LDB). Por volta de 1966 e 1967, através dos Decretos-leis n°s 53 e 252, as bases que estruturavam a Universidade de Brasília (UnB) foram estendidas às outras universidades federais brasileiras (TEIXEIRA, 2005).

Devido à efervescência da sociedade naquela época e à exigência social de uma Reforma Universitária, principalmente pelo movimento estudantil, deu-se início à Reforma de 1968, através da aprovação da Lei da Reforma Universitária (Lei n° 5540/68), que tinha como objetivo propor soluções para a resolução da crise universitária brasileira, pretendendo implantar o modelo norte-americano de educação como estratégia a esta crise, sendo o tecnicismo a concepção que norteou a reforma (FÁVERO, 2006).

Em meados dos anos 1990, tendo em vista os últimos acontecimentos ocorridos no cenário mundial, houve um aumento significativo do número de vagas no ensino superior, principalmente pelas instituições de iniciativa privada “devido a um processo radical de desregulamentação que abriu o sistema para investimentos privados locais”. Porém, este aumento “não se associou diretamente à melhor qualidade de ensino” (UFBA, 2006, p. 13).

Enquanto se tentava reconstruir o ensino superior público brasileiro, na Europa surge uma nova visão para a educação superior mundial que foi bastante significativa para o ensino superior brasileiro, o chamado Processo de Bolonha, que se iniciou informalmente em Maio de 1998, com a declaração de Sorbonne e deslanchou oficialmente com

a Declaração de Bolonha⁴, em Junho de 1999. Este documento define um conjunto de etapas e de passos a serem dados pelos sistemas de ensino superior europeu, no sentido de construir um ensino globalmente harmonizado, assumindo, assim, um papel de relevância na educação mundial (LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2008).

Essa Declaração propôs que a estrutura acadêmica das universidades da União Europeia fosse dividida em três ciclos: o primeiro, de formação geral; posteriormente uma formação profissional; e, para aqueles que quisessem se dedicar à pesquisa, um doutorado (BASTOS, 2007).

Foi então que, a partir do Governo Lula (2003-2010), algumas iniciativas foram pensadas para a Universidade do século XXI, quando a reforma universitária voltou a ter amplo debate, novamente se tornando uma meta para o Ministério da Educação (MEC). Uma destas iniciativas foi a Universidade Nova.

3.2 A Universidade Nova e o REUNI

Com este processo de reforma nas universidades da Europa, onde ocorreu um ousado movimento de reestruturação a partir do Processo de Bolonha, criando o Espaço Europeu de Educação Superior, foi despertado, mais uma vez no Brasil, o interesse em uma nova Reforma Universitária nacional, que teria por objetivo adaptar as universidades brasileiras a estes novos caminhos das universidades contemporâneas em tempos de globalização. Segundo Lima, Azevedo e Catani (2008), qualquer movimento de reforma nas universidades pelo mundo, no início

⁴ Em 1999, os ministros de educação dos países membros da educação da União Europeia assinaram um grande tratado internacional, conhecido como a Declaração de Bolonha, em que se comprometeram a implantar, até 2010, compatibilidade plena entre os seus sistemas universitários. Esse acordo marcou o lançamento do chamado Processo de Bolonha, que tem desencadeado uma gigantesca e complexa reforma universitária em todos os países signatários e aderentes (já totalizando 46 nações), no sentido de adotar princípios e critérios comuns e compartilhados de creditação, avaliação, estruturas curriculares e mobilidade estudantil na esfera da educação superior (SANTOS; ALMEIDA FILHO, p. 127, 2008).

do século XXI, tinham por referência e inspiração o Processo de Bolonha.

A partir do contexto de globalização mundial e da realização da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior (1998), foi exigida uma nova organização do trabalho que influenciaria reformas políticas no Brasil em todas as áreas, inclusive a educacional. Surge, então, uma nova proposta de missão e função para a universidade frente ao século XXI, onde esta teria que educar, formar e realizar pesquisa, tendo como funções: ética, autonomia, responsabilidade e prospectiva (LIMA, 2013).

A partir destas influências surgiram algumas iniciativas, sendo uma destas o projeto intitulado UFBA Nova, que deu origem ao projeto maior Universidade Nova nas searas educacionais brasileiras, que tinha como principal temática a reestruturação curricular na universidade, com o objetivo principal de suscitar na instituição uma verdadeira reforma universitária aos moldes do projeto Escola Nova de Anísio Teixeira (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008).

Frente a esse planejamento, tramitava no Governo Federal uma proposta que daria subsídios para que o Projeto Universidade Nova pudesse sair do papel e acontecesse concretamente no cenário do Ensino Superior brasileiro – o Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), instaurado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Suas Diretrizes Gerais (BRASIL, 2007a, p. 4) definia como um dos seus objetivos:

dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, apresenta-se como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo Presidente da República, em 24 de abril de 2007. Este programa pretende congrega esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, pela qual o Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década.

Foi a partir destas condições oferecidas pelo REUNI que as universidades federais, entre elas a UFBA, colocaram em prática o projeto de reestruturação das instituições, tanto em infraestrutura, como em sua arquitetura curricular. Tal projeto forneceu subsídios para algumas inovações como, por exemplo, a criação de novas modalidades de curso de graduação, permitindo, ainda, a sustentação dos cursos já existentes e a implantação da estrutura necessária para a ampliação das universidades.

A partir da proposta de reformulação da arquitetura acadêmica, a UFBA, ao aderir ao projeto, colocou em prática a implantação de um regime de ciclos de educação universitária: os Bacharelados Interdisciplinares, com ajuda dos subsídios fornecidos pelo REUNI.

3.3 A criação dos bacharelados interdisciplinares na UFBA

Certamente o REUNI, aderido pela UFBA em 2007, trouxe consigo condições favoráveis para que o Projeto Universidade Nova, discutido desde 2006, pudesse ganhar respaldo para a realização de mudanças na estrutura curricular acadêmica vigente. Para Almeida Filho (2007, p. 5) essas mudanças se fazem necessárias, porque:

Além de promover qualidade, flexibilidade, mobilidade e compromisso social na universidade brasileira e torná-la mais integrada ao panorama contemporâneo de educação superior, uma das principais motivações do movimento Universidade Nova consiste no resgate da instituição universitária como casa da cultura. Tal objetivo resulta da constatação de que, na conjuntura brasileira atual, a universidade às vezes consegue cumprir sua função de formar profissionais tecnicamente competentes, mas permite, por omissão, que os alunos saiam dela incultos.

A partir dessa ideia de mudança no panorama da educação superior brasileira que se mostrava tecnicista, a UFBA propôs a criação de cursos interdisciplinares que abrangessem grandes áreas do

conhecimento e que trabalhassem com as três culturas como eixos estruturantes do saber: a Cultura Humanística, a Cultura Artística e a Cultura Científica (ALMEIDA FILHO, 2007).

Para que estas modificações pudessem ser realizadas foi necessário que fossem sintonizadas com os princípios e orientações gerais do programa REUNI, o qual a UFBA assumiu metas juntamente com o Governo Federal para a reestruturação da Universidade (UFBA, 2010, p. 173). Como consequência para o cumprimento dessas metas, a UFBA implantou novos cursos denominados Bacharelados Interdisciplinares (BI). Estes possuíam uma arquitetura curricular diferente do modelo vigente, transformando o modelo atual em regime de ciclos, a saber:

Primeiro Ciclo: Bacharelados Interdisciplinares (BI), propiciando formação universitária geral, como pré-requisito para progressão aos ciclos seguintes;

Segundo Ciclo: Formação profissional em licenciaturas ou carreiras específicas;

Terceiro Ciclo: Formação acadêmica científica ou artística da pós-graduação (UFBA, 2006, p. 20).

Certamente a implantação dos cursos denominados Bacharelados Interdisciplinares (BI) foi a principal alteração na estrutura curricular da universidade, a partir do Projeto Universidade Nova. Segundo os Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares (BRASIL, 2010), tratam-se de cursos de graduação de caráter geral que concebem a obtenção de diploma e se organizam em torno das grandes áreas do conhecimento, constituindo grandes áreas, por exemplo: Ciências da Vida, Ciências Naturais e Matemáticas, Humanidades, Artes e outros (BRASIL, 2010).

Santos e Almeida Filho (2008) acrescentam que esta modalidade de graduação incorpora ao estudante uma formação humanística, artística e científica em um dado campo do saber, se caracterizando como um ciclo inicial dos estudos superiores, que tem como alvo gerar

autonomia na sua aprendizagem ao longo da vida, o inserindo plenamente na vida social, levando em consideração todas as suas perspectivas.

A partir de princípios norteadores, da proposta de surgimento dos BI e das competências esperadas de seus egressos foram criados, dentro de quatro grandes áreas do conhecimento, os Bacharelados Interdisciplinares na UFBA, que são eles: BI em Artes (BIA), BI em Humanidade (BIH), BI em Ciências & Tecnologias (BIC&T) e BI em Saúde (BIS).

Os BI se constituem de duas etapas de formação, sendo uma de Formação Geral (3 primeiros semestres) e uma de Formação Específica (3 últimos semestres). A primeira etapa – Formação Geral – é composta pelos eixos de linguagem, interdisciplinar e integrador; e a segunda etapa – Formação Específica – pelos eixos de orientação profissional, área de concentração e integrador⁵.

O acesso a estes cursos de graduação, segundo os referenciais orientadores, pode ser realizado através de processos seletivos com a semestralidade normalmente adotada pela instituição proponente, recomendando a aplicação do rendimento do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como via de ingresso, com amparo dos critérios alicerçados em ações afirmativas (BRASIL, 2010).

Faz-se necessário chamar a atenção que o processo seletivo para ingresso dos estudantes no regime de ciclos na UFBA é realizado pelo ENEM, porém o ingresso em carreiras específicas dos Cursos de Progressão Linear (CPL)⁶ não foi abolido, sendo que 20% das vagas destes cursos seria destinada aos egressos dos BI, ou seja, para a entrada em um CPL o candidato não necessita, necessariamente, cursar o primeiro ciclo da educação superior.

⁵ Recomenda-se a leitura dos Referenciais orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares para maiores informações sobre a especificidade de cada eixo, não cabendo, por opção dos autores, a este estudo, o delineamento de cada um separadamente.

⁶ Cursos tradicionalmente oferecidos no Ensino Superior, podendo ser licenciaturas, bacharelados ou de formação profissional.

Tratando especificamente o campo da saúde, a organização dos currículos neste campo vem sofrendo a influência do modelo biomédico. Neste modelo se observa o corpo humano a partir de uma visão mecanicista, como partes inter-relacionadas, sendo a doença vista como uma desordem em uma destas partes. Conseqüentemente, os conteúdos curriculares se apresentam fragmentados em disciplinas estanques que não se comunicam, priorizando os problemas de saúde individuais aos coletivos, desconsiderando a complexidade do fato do adoecer. Este tipo de formação espera do estudante a memorização de conteúdos e não aperfeiçoa a sua capacidade de análise crítica, nem a sua autonomia na aprendizagem (ARAÚJO; MIRANDA; BRASIL, 2007).

Assim, a proposta da criação do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS) vem de encontro a esta estrutura curricular, adotando o conceito ampliado de saúde, centrado na tríade saúde-doença-cuidado, favorecendo o aumento da percepção de seus alunos na complexidade do campo da saúde na contemporaneidade, através da multiplicidade de saberes e práticas, tornando-os indivíduos mais conscientes e críticos em relação aos temas inerentes ao campo (ROCHA, 2014).

Teixeira e Coelho (2014) relatam a dificuldade que foi enfrentada em alocar os componentes curriculares nas três culturas (científica, humanística e artística), visto que, por uma discussão epistemológica, o campo da saúde extrapola os limites disciplinares se apresentando como uma área mit-disciplinar.

4 CONCLUSÃO

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) criou o Bacharelado Interdisciplinar de Saúde (BI Saúde) com o objetivo de buscar a formação de um profissional de saúde autônomo, com um olhar mais ampliado sobre o conceito de saúde, para além da questão tecnicista, e com atuação centrada na tríade saúde-doença-cuidado.

Apesar da dificuldade em alocar os componentes curriculares nos eixos culturais estruturantes do BI Saúde (humanístico, artístico e científico), pelo fato do campo da saúde se apresentar como uma área mit-disciplinar, ainda assim esse tipo de formação favorece o aumento da percepção dos alunos na complexidade do campo da saúde através da multiplicidade de saberes e práticas, tornando-os indivíduos mais conscientes e críticos em relação aos temas inerentes ao campo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N. de. Um paradigma renovado de universidade: comentários críticos e esperançosos. In: Global reach, local impact: the public research university in the 21st century, 1., 2003, Montreal. **Anais eletrônicos**. Montreal: McGill, 2003.

ALMEIDA FILHO, N. de. As três culturas na Universidade Nova. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 5-15, jan.-jun. 2007.

ARAÚJO, D.; MIRANDA, M.C.G.de; BRASIL, S.L. Formação de profissionais de saúde na perspectiva da integralidade. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, v.1, supl. 1, p. 20-31, jun. 2007.

BASTOS, C. C. B. C. O Processo de Bolonha no espaço europeu e a reforma universitária brasileira. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 9, n. esp., p. 95-106, dez. 2007

BERNHEIM, C. T.; CHAUI, de S. **Desafios da universidade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior**. Brasília: UNESCO, 2008.

BOHRER, I. N. et al. A história das universidades: o despertar do conhecimento. In: JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: A

EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE DOS MEIOS VIRTUAIS, 14., 2008, Santa Maria. **Anais eletrônicos**. Santa Maria: UNIFRA, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)**. 16 de Agosto de 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Referenciais orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares**, Brasília, DF, 2010.

CHAUÍ, M. de S. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

COELHO, S. S.; VASCONCELOS, M. C. A criação das instituições de ensino superior no Brasil: o desafio tardio da América Latina. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 9., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: UFSC, 2005.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração**. 2º Ed. Editora Bookman, São Paulo, 2005.

DANTES, M. A. M. AS CIÊNCIAS NA HISTÓRIA BRASILEIRA. **Ciência e Cultura (SBPC)**, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 26-29, 2005.

FÁVERO, M. de L. de A. Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

LIMA, C. L.; AZEVEDO, M. L. N. de; CATANI, A. M. O Processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. **Avaliação (Campinas/Sorocaba)**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008.

LIMA, P. G. Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. **Avaliação (Campinas/Sorocaba)**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 85-105, mar. 2013.

MARTINS, A. C. P. Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, São Paulo, v. 17, suppl. 3, p. 4-6, 2002.

MENDONÇA, A. W. P. C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, [S.I.], n. 14, p. 131-150, 2000.

OLIVEN, A. C. Histórico da educação superior brasileira. In: SOARES, M. S. A. (Coord). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre, IESALC/ CAPES/UNESCO, 2002.

ORSO, P. J. A criação da Universidade e o projeto burguês de educação no Brasil. In: ORSO, P. J. (Org.). **Educação, sociedade de classes e reformas universitárias**. Campinas: Autores Associados, Cap.3, p. 44-62, 2007.

ROCHA, M. N. D. **Educação Superior no Brasil**: tendências e perspectivas da graduação em saúde no século XXI. 2014, 143 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, 2014.

SANTOS, B. de A.; ALMEIDA FILHO, N. de. **A universidade do século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2008.

SANTOS, F. S.; ALMEIDA FILHO, N. de. **A quarta missão da Universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento**. Brasília: UnB, 2012.

TEIXEIRA, A. **Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

TEIXEIRA, C. F.; COELHO, M. T. Á. D. (Org.). **Uma experiência inovadora no Ensino Superior**: Bacharelado Interdisciplinar em Saúde. Salvador: Edufba, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). **Universidade nova:** reestruturação da arquitetura curricular da educação superior no Brasil. Salvador, 34 p. 2006. Minuta de anteprojeto.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). **Memorial da Universidade Nova:** UFBA 2002 – 2010. Salvador: UFBA, 308 p. 2010.